



A racionalidade neoliberal-conservadora em práticas de desinformação sobre a educação brasileira: enquadramentos discursivo-interseccionais

The neoliberal-conservative rationality in disinformation practices about Brazilian education: discursive-intersectional frameworks

Mariana Rafaela Batista Silva PEIXOTO*

RESUMO: Este artigo busca discutir as representações de gênero, sexualidade, raça e classe social em práticas de desinformação sobre a educação brasileira, considerando seu impacto na construção de um imaginário acerca da ciência e educação no país. A partir do enquadramento teórico-metodológico da análise de discurso franco-brasileira e dos estudos feministas interseccionais, são analisados excertos extraídos de peças de desinformação que foram (re)produzidas por agentes do Estado brasileiro ao longo de um período de quatro anos, conforme verificado por agências de checagem de fatos. Os resultados de análise apontam que, enquanto dispositivo de um projeto transnacional neoliberal-conservador, a desinformação parece entretecer o funcionamento de tecnologias nas quais tal projeto se estabelece: nomeadamente, branquitude e cisheteropatriarcado. Conseqüentemente, por meio de práticas de desinformação sobre educação, propaga-se um ideal utilitarista de educação e ciência no país, contribuindo, assim, para a intensificação de desigualdades e erosão da democracia.

PALAVRAS-CHAVE: Desinformação. Educação. Neoliberalismo-conservadorismo. Análise de discurso. Interseccionalidade.

ABSTRACT: This article aims at problematizing the representations of gender, sexuality, race, and social class markers in disinformation practices about Brazilian education, while considering their impact on the construction of an imaginary about science and education in the country. Drawing on the theoretical-methodological framework of Franco-Brazilian discourse analysis and intersectional feminist studies, the study analysis excerpts extracted from disinformation pieces that were (re)produced by agents of the Brazilian state over a period of four years, as verified by fact-checking organizations. Results indicate that, as an apparatus of a neoliberal-conservative transnational project, disinformation seems to intertwine the functioning of technologies by which such a project is established: namely whiteness and cisheteropatriarchy. Hence, through the dissemination of disinformation about education, a utilitarian ideal of education and science is propagated, thus exacerbating inequalities and eroding democracy.

KEYWORDS: Disinformation. Education. Neoliberalism-conservatism. Discourse analysis. Intersectionality.

Artigo recebido em: 03.04.2023

Artigo aprovado em: 20.06.2023

*Doutora em Linguística Aplicada pela UNICAMP. Professora do ILEEL/UFU. mrbspeixoto@gmail.com

1 Introdução

A produção e a disseminação de informações falsas ou distorcidas têm se mostrado um problema de dimensão global, cujos efeitos podem ser vistos em áreas cruciais da sociedade, tais como política, economia, saúde e educação (ALCOTT; GENTZHOW, 2017; HUMPRECHT, 2018). No Brasil, semelhantemente, as práticas de desinformação vêm sendo motivo crescente de preocupação. Contudo, observa-se que essa inquietação não decorre exclusivamente do fenômeno em si, mas também da constatação de que uma parcela significativa da desinformação que tem circulado no país foi/vem sendo (re)produzida por agentes do Estado brasileiro, incluindo o ex-presidente da república. De acordo com um levantamento feito por Ao Fatos, durante seus 1.459 dias de mandato presidencial, Jair Bolsonaro proferiu um total de 6.685 declarações com informações falsas ou distorcidas. Esse cenário é particularmente preocupante, uma vez que a disseminação de desinformação, por parte de autoridades governamentais, pode minar a confiança da população nas instituições e, conseqüentemente, no sistema democrático, prejudicando, assim, a tomada de decisões informadas em importantes questões de interesse público (HUMPRECHT, 2018; WARDLE; DERAKSHSHAN, 2017; CALVILLO *et. al.*, 2020).

À medida que compromete o funcionamento do jogo discursivo democrático, a desinformação também materializa diversas agendas políticas (HUMPRECHT, 2018). No contexto brasileiro, o que parece tornar tal fenômeno peculiar – e o que compreende o objeto de estudo deste artigo – é o modo como a desinformação sobre a educação vem sendo mobilizada para efetivar a agenda de grupos da extrema direita transnacional. Embora a propagação de desinformação seja uma prática adotada por diversas vertentes políticas, a extrema direita global tem se destacado por disseminar desinformação que obtém um alcance considerável, que vem sendo medido tanto pelo número de compartilhamentos quanto pelo impulsionamento promovido por plataformas digitais e seus algoritmos (MOROZOV, 2018; EMPOLI, 2022). Para exemplificar algumas das desinformações mais difundidas pela extrema direita sobre

a educação brasileira, relembro o momento em que, durante uma entrevista no *Jornal Nacional* em 2018, Jair Bolsonaro, em campanha presidencial, mostrou o livro intitulado "Aparelho Sexual e Cia", o qual afirmou ser um componente do suposto "kit gay" que teria sido distribuído em escolas brasileiras durante os governos anteriores, notadamente de esquerda. No início de sua gestão, Bolsonaro e seu então ministro da Educação, Abraham Weintraub, também propagaram diversas informações falsas a respeito das universidades públicas, incluindo alegações de que não possuem comprometimento com a produção de pesquisas e que, em comparação com a rede de educação básica, seus docentes aposentados representam um custo demasiado para o governo.

Em vista desses acontecimentos, este artigo propõe uma discussão sobre as implicações das práticas de desinformação sobre educação, propagadas por agentes do Estado brasileiro, considerando seus impactos na construção do imaginário social acerca da educação e da ciência no país. Conforme veremos na seção de análise, grande parte da desinformação propagada sobre educação mobiliza linguístico-discursivamente marcadores sociais como gênero, sexualidade, raça e classe social. Desse modo, com base nos campos transdisciplinares da análise de discurso franco-brasileira¹ e dos estudos feministas interseccionais, esta pesquisa objetiva mapear as representações desses marcadores sociais em práticas de desinformação, tendo em vista seus efeitos na propagação de um ideal de educação e ciência no país.

¹ Por análise de discurso franco-brasileira, compreendo o campo de estudos sobre discurso que se consolidou na linguística brasileira, desde a década de 80, a partir de leituras dos trabalhos de Michel Foucault e do grupo de pesquisadores franceses liderado por Michel Pêcheux. A escolha dessa nomeação é também uma escolha política, de minha parte, que visa reconhecer e sublinhar as contribuições de inúmeros(as) pesquisadores(as) brasileiros(as) para a instauração e estabelecimento de um campo-outro no Brasil, tais como os trabalhos de Orlandi (2009), Coracini (2003), Curcino, Sargentini e Piovezani (2021), dentre tantos outros. Nesse sentido, este estudo se (des)filia às análises de discurso tradicionalmente nomeadas como "de linha francesa", visto que se "(in)disciplina" (MOITA LOPES, 2006) entre suas diversas vertentes franco-brasileiras e estudos de outros campos afins, que trazem discussões pertinentes ao desenvolvimento desta pesquisa.

Como veremos, os resultados de análise apontam que o ideal de educação e ciência propagado pela extrema direita brasileira se assenta em um projeto neoliberal-conservador. Assim, de modo a familiarizar o(a) leitor(a) com os pressupostos teórico-metodológicos que balizam a análise do estudo, este artigo se organiza em quatro seções. A primeira seção apresenta uma discussão sobre o ecossistema de desinformação, de modo a pensá-lo a partir da sua relação com o neoliberalismo. Em seguida, alguns estudos sobre neoliberalismo e neoconservadorismo na sua relação com a educação brasileira são revisitados. A metodologia adotada na pesquisa é apresentada na terceira seção, seguida pelos resultados da análise, na quarta seção. Por fim, o artigo apresenta algumas considerações sobre a pesquisa e suas possíveis contribuições para os estudos da linguagem, educação e democracia.

2 Desinformação enquanto dispositivo da racionalidade neoliberal

A desinformação não é um fenômeno recente (O'CONNOR; WEATHERALL, 2019) e não nasceu com as plataformas digitais e a extrema direita (MARINONI; GALASSI, 2020). Contudo, a partir de 2016, passou a receber significativa atenção no debate público devido à maneira como a manipulação de informações por meio de plataformas digitais foi comprovada em eventos políticos recentes, como o Brexit e a campanha eleitoral de Donald Trump, ocasiões em que a circulação dos termos pós-verdade e *fake news* e se tornou frequente (HABGOOD-COOTE, 2018; TANDOC JR.; LIM; RING, 2018).

Wardle e Derakshan (2017) argumentam, entretanto, que é importante reconhecer que as técnicas de desinformação evoluíram desde então e que as discussões sobre o fenômeno têm sido insuficientes em examinar essa nova realidade. Para os autores, um dos motivos reside no fracasso do termo *fake news* em capturar adequadamente essa problemática, já que grande parte do conteúdo compartilhado em plataformas digitais não é necessariamente falso ou pertencente ao gênero notícia, mas frequentemente contém informações verdadeiras que são veiculadas de forma

descontextualizada. Além disso, os autores alertam para a utilização do termo feita por políticos, que, com frequência, o empregam para desacreditar e atacar o jornalismo profissional. Nesse contexto, Wardle e Derakshan (2017) postulam que a “desordem informacional” opera enquanto ecossistema, visto que é composta por diversas plataformas digitais, atores sociais (humanos e não-humanos) e abordagens. Segundo os autores, esse fenômeno se estrutura em três práticas: desinformação, mesinformação e malinformação.

Figura 1 – Esquema da desordem informacional.



Fonte: First Draft (2020, p. 11).

Em resumo, a desinformação ocorre quando informações falsas são compartilhadas com a intenção de prejudicar alguém ou algo. A mesinformação também envolve o compartilhamento de informações falsas, porém, sem a intenção específica de prejudicar, e muitas vezes é motivada por um comportamento de manada característico das mídias sociais, por meio do qual se compartilha conteúdo falso para se conectar ou ajudar grupos sociais aos quais os indivíduos se identificam. Por fim, a malinformação ocorre quando informações verdadeiras são compartilhadas com o intuito específico de causar danos.

Inegavelmente, o relatório-estudo de Wardle e Derakshan (2017), produzido no âmbito do Conselho Europeu, bem como o guia "Compreendendo a desordem informacional" (FIRST DRAFT, 2020) figuram iniciativas jornalísticas pioneiras

eticamente comprometidas com a democracia. Entretanto, cabe ressaltar que ao mesmo tempo que este estudo se coaduna com a compreensão de que a desinformação configura um ecossistema, afasta-se de algumas análises sobre o fenômeno que atribuem centralidade à intenção na/da prática de desinformação. Isso se deve ao fato de que esta pesquisa parte de pressupostos que postulam que as ditas “intenções” ou “propósitos” de qualquer prática discursiva não têm um funcionamento estático ou originário (FOUCAULT, 2010b) e, portanto, recaem menos no indivíduo que propaga a desinformação e mais nas diversas variáveis que constituem o ecossistema da desinformação. Assim, esta pesquisa se alinha com as proposições de Cesarino (2022), quando a antropóloga sublinha o caráter anti-estrutural das plataformas digitais e, por consequência, do estatuto da verdade e da informação nesses ambientes.

A concepção de práticas de desinformação aqui adotada reside menos no entendimento de uma prática cujas “verdadeiras intenções” devem ser “desvendadas” e mais em uma compreensão de que elas fazem circular e operar certos regimes de verdade de uma dada sociedade (FOUCAULT, 2010c). Essa concepção fundamenta-se em uma abordagem discursiva de língua(gem) e sujeito, na qual este estudo se ancora. Sob essa perspectiva, a língua(gem) não é concebida como neutra, transparente ou mero instrumento da comunicação, mas tomada em sua opacidade, enquanto materialidade por meio da qual os significados são construídos de forma sócio-histórica, uma vez que "as palavras podem mudar de sentido de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam" (PÊCHEUX, 2020, p. 64). As posições assumidas pelos sujeitos no discurso são compreendidas como formações discursivas, correspondendo aos lugares sociais que eles ocupam (FOUCAULT, 2010a). Nessa concepção, as formações discursivas determinam o que pode e deve ser dito, estabelecendo, assim, os procedimentos, atitudes e valores de uma dada sociedade.

Desse modo, a abordagem discursiva na qual este estudo se ancora oferece uma leitura para o fenômeno da desinformação que sublinha suas complexidades a partir

de um exame da produção das subjetividades advindas das relações de poder-saber-verdade que estão em jogo nesse contexto e que se materializam na/pela língua(gem). Tal aceção permite compreender que não se trata de elucidar uma suposta origem “intencional/proposital” dos sujeitos que propagam a desinformação e/ou de justapor ou diferenciar o verdadeiro do falso, mas de compreender que as práticas de desinformação materializam os jogos de verdade do nosso tempo (CURCINO; SARGENTINI; PIOVEZANI, 2021). Em outros termos, se a solução para a desinformação consistisse na mera apresentação de informações factuais, as agências de checagem de informação teriam sido capazes de eliminá-la. O que não implica dizer que elas não são relevantes. A importância dessas agências não pode ser subestimada, tendo em vista que seu trabalho é crucial e deve ser aprimorado e financiado. Entretanto, cumpre observar que tais iniciativas estão predominantemente direcionadas aos indivíduos que recebem e propagam a desinformação, enquanto a responsabilidade daqueles que a instituem e dela lucram, as chamadas Big Techs, é frequentemente negligenciada. De acordo com Morozov (2018, p. 11),

[o] modelo de negócios da Big Tech funciona de tal maneira que deixa de ser relevante se as mensagens disseminadas são verdadeiras ou falsas. Tudo que importa é se elas viralizam (ou seja, se geram números recordes de cliques e curtidas), uma vez que é pela análise de nossos cliques e curtidas, depurados em retratos sintéticos de nossa personalidade, que essas empresas produzem seus enormes lucros. Verdade é o que gera mais visualizações. Sob a ótica das plataformas digitais, as *fake news* são apenas as notícias mais lucrativas.

O ecossistema da desinformação não se estrutura, portanto, apenas a partir de práticas desavisadas e/ou deliberadas de usuários de mídias digitais e/ou de práticas de políticos de extrema direita que disseminam mentiras ou verdades descontextualizadas, mas também se organiza como um modelo de negócios. Assim, a desinformação consiste em um “conjunto de práticas econômicas e políticas ligadas a um modelo irrigado pela lógica de acumulação econômica ampliada, de exploração

do trabalho alienado e de dominação capitalista – algo que se fortalece de forma surpreendente em um contexto de crise” (MARINONI; GALASSI, 2020, p. 38). Essas leituras me levam, então, a pensar no papel e no funcionamento do discurso neoliberal no ecossistema da desinformação.

Mais do que uma mera política econômica, o neoliberalismo consiste em uma racionalidade que engendra modos de governar e de governar a si mesmo (FOUCAULT, 2008). Para Foucault, a governamentalidade neoliberal instaura a produção de subjetividades baseadas em “uma espécie de ética social da empresa” (2008, p. 201). Em suas palavras,

[a] sociedade com base no mercado em que pensam os neoliberais é uma sociedade na qual o que deve constituir o princípio regulador não é tanto a troca das mercadorias quanto os mecanismos da concorrência. (...) Vale dizer que o que se procura obter não é uma sociedade submetida ao efeito-mercadoria, é uma sociedade submetida à dinâmica concorrencial. Não uma sociedade supermercado – uma sociedade empresarial (FOUCAULT, 2008, p. 201).

A dinâmica concorrencial da governamentalidade neoliberal também se materializa no funcionamento das plataformas digitais cujas práticas discursivas – incluindo-se aí seus algoritmos – se regulam pela “economia da atenção” (EMPOLI, 2022). Nessa lógica, as plataformas digitais disputam a atenção e o tempo dos usuários em um ambiente saturado de informações, por meio da implementação de algoritmos que visam reter a atenção e manter o engajamento dos usuários em suas respectivas plataformas (EMPOLI, 2022). Esse modo de funcionamento tem implicações significativas também nos comportamentos dos usuários, que não só consomem conteúdo/informações, mas também o produzem e vendem, haja vista a existência da profissão de influencer digital. Nesse cenário, a desinformação encontra terreno fértil para sua produção e circulação, visto que tanto as Big Techs como os usuários se inserem na dinâmica concorrencial neoliberal em que a informação é um de seus campos em disputa. Assim, se nesse contexto o que importa é o número de curtidas e

sua conversão em lucro para usuários-empresa e empresas-usuário – tal como pontuado por Morozov (2022) –, a desinformação corrobora o funcionamento da sociedade empresarial. Para tanto, compreendo que ela opera enquanto um dispositivo da racionalidade neoliberal. Por dispositivo, entende-se

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2010c, p. 244).

O dispositivo da desinformação configura-se, portanto, como uma das redes que entretece as malhas da governamentalidade neoliberal, de modo a contribuir para o seu funcionamento. Como veremos na seção de análise, foi também valendo-se desse dispositivo que o bolsonarismo ganhou espaço no Brasil e pôde implementar seu projeto político, que não somente escala a empreitada neoliberal no país, mas também se assenta em uma visada conservadora – como veremos a seguir.

4 O projeto neoliberal-conservador na e para a educação

Ainda que a chegada de Bolsonaro ao poder tenha sido considerada um evento disruptivo na/da política brasileira, os modos como isso se deu se assemelham aos da ascensão de outros políticos de extrema direita em outras democracias liberais no ocidente. Brown (2019) argumenta que a ascensão aparentemente paradoxal de políticas antidemocráticas em democracias ocidentais tem se dado por meio do avanço de um projeto neoliberal que, ao longo das últimas quatro décadas, tem ganhado outros contornos a partir da “promoção da moralidade tradicional em detrimento da justiça social legislada” (p. 32). Para a cientista política, os modos de subjetivação pautados pelo *homo oeconomicus* de Foucault (2008) têm sido governados não somente pelo modelo empresarial-concorrencial, mas também pelo apelo a uma moral

conservadora que se assenta na defesa de um ideal de nação enquanto família e empresa privada e no rechaço de tudo aquilo que supostamente ameaçaria esse ideal – propalado, em grande medida, pelo discurso masculinista branco. Como desdobramento, temos testemunhado, em nível global, uma escalada do racismo, da xenofobia, do feminicídio, da LGBTfobia e, por consequência, das desigualdades sociais. Brown (2019, p. 222) defende que é preciso ler, portanto, o projeto neoliberal contemporâneo também a partir de lentes que consigam “apreender os investimentos afetivos nos privilégios da branquitude e da existência primeiro-mundista presentes na nação e na cultura nacional ou na moralidade tradicional”. No contexto brasileiro, o bolsonarismo tem atestado tais investimentos afetivos, que se materializaram, por exemplo, no enriquecimento de classes sociais privilegiadas – majoritariamente composta por pessoas brancas – durante a pandemia² e no estreitamento dos laços entre Jair Bolsonaro e Donald Trump, como também outros líderes e políticos religiosos, que foram, inclusive, favorecidos em seu governo, como evidenciado pelo escândalo no MEC em 2022³.

Nesse sentido, Biroli, Vaggione e Machado (2020) assinalam que, na América Latina, a ascensão da política antidemocrática tem sido potencializada, desde o final da década de 80, com a crescente participação e intervenção de atores religiosos no cenário político. Ao analisarem as novas formas do conservadorismo religioso na América Latina e sua relação com a democracia sob uma perspectiva de gênero, os pesquisadores argumentam que os conflitos em torno das agendas da igualdade de gênero e da diversidade sexual emergem em “uma temporalidade marcada pelos avanços dos movimentos feministas e LGBTQI e expressa coalizões políticas de grupos cristãos com setores não religiosos da direita” (BIROLI; VAGGIONE; MACHADO, 2020, p. 8). Nessa perspectiva, os avanços de pautas progressistas, visivelmente

² Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/entenda-como-os-ricos-ficaram-mais-ricos-na-pandemia.shtml> - acesso em 2023.

³ Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pastores-envolvidos-em-escandalo-do-mec-foram-28-vezes-ao-planalto/>. acesso em abril/2023.

marcadas pela luta de direitos de populações precarizadas, vêm sendo solapadas à medida que grupos religiosos cristãos passaram a disputar de maneira crescente os espaços de representação política, de modo a se articular com atores da direita e da extrema direita brasileiras. Sob a bandeira da "defesa da família", esses grupos têm se utilizado de argumentos morais religiosos como justificativa para promover mobilizações que visam restringir e retroceder em leis e políticas públicas (BIROLI, 2020). Como exemplos, tivemos a retirada do tema transversal Educação Sexual e da menção a "gênero" – até então contidos nos Parâmetros Curriculares Nacionais –, da versão final da Base Nacional Comum Curricular (MOURA, 2018), bem como a recente aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto de lei que institui a educação domiciliar (*homeschooling*)⁴.

Um outro notável sintagma representativo do projeto neoliberal-conservador, que tem circulado com frequência sobretudo em peças de desinformação, é o da "ideologia de gênero". Para esses grupos, a "ideologia de gênero" consistiria em uma suposta agenda oculta da esquerda para destruir os valores morais da família tradicional, notadamente a cisheterossexual. Por consequência, nessa visão, ela configuraria uma espécie de pauta dos currículos das escolas brasileiras, o que seria algo a ser combatido pelos defensores da família. No que concerne à emergência do termo, parece haver consenso entre os pesquisadores do tema que o sintagma "ideologia de gênero" é uma invenção da Igreja e de grupos católicos que data da década de 90 (CARNAC, 2014; GARBAGNOLI, 2014; JUNQUEIRA, 2022). A circulação desse termo se encontra, em grande medida, circunscrita em uma representação de infância como algo a ser protegido pela família tradicional (LEITE, 2019), e seu funcionamento tem se dado por meio da promoção de um "pânico moral" (MISKOLCI; CAMPANA, 2017; JUNQUEIRA, 2022) que, se valendo da lógica algorítmica da "economia da atenção" (EMPOLI, 2022), faz com que

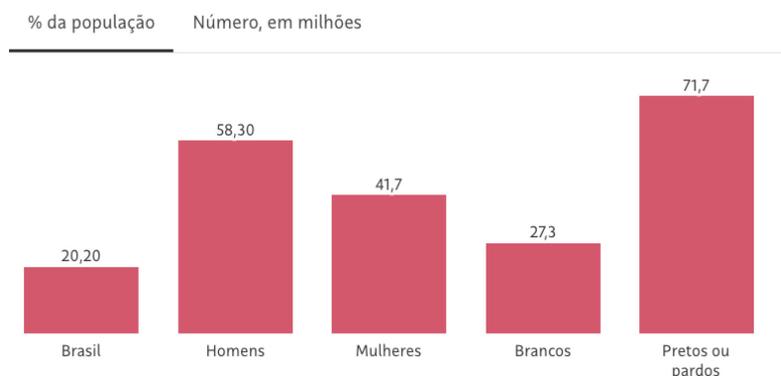
⁴ Fonte: <https://www.camara.leg.br/noticias/877647-camara-aprova-projeto-que-permite-a-educacao-dos-filhos-em-casa-proposta-vai-ao-senado/> - acesso em abril/2023.

a parte acusada [tenda] a permanecer em posição defensiva, sem que o acusador se veja obrigado a expor suas ideias e propósitos a escrutínio. Ao detrator, pode bastar manter o ataque alarmista, aliando-o a um discurso vago e impreciso em defesa de algo, em princípio incontestável, como a “vida” e o “bem-estar das crianças” (JUNQUEIRA, 2022, pp. 66-67).

A partir disso, é, então, forjado um ideal de infância que posiciona, de um lado, crianças e adolescentes como vítimas da dita “ideologia de gênero”, e estudiosos, professores e pesquisadores como doutrinadores e, portanto, os inimigos responsáveis por colocar esse ideal em risco (LEITE, 2019). Isto posto, vale questionar: de que criança estamos falando? Qual criança querem “proteger”?

Um estudo conduzido pelo Geledés, Instituto da Mulher Negra, em 2021, intitulado "A educação de meninas negras em tempos de pandemia"⁵, identificou que a pandemia de COVID-19 agravou ainda mais as desigualdades já existentes no acesso à educação entre meninas negras e brancas. Esses resultados reiteram o que já vinha sendo apontado, desde 2020, pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE, que indicava que o número de estudantes pretos ou pardos excluídos do contexto escolar era três vezes maior do que o número de estudantes brancos.

Figura 2 – Pessoas de 14 a 29 anos que não frequentam escola e não terminaram a educação básica.



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml> - acesso em abril/2023.

⁵ Fonte: <https://www.geledes.org.br/a-educacao-de-meninas-negras-em-tempos-de-pandemia-o-aprofundamento-das-desigualdades-o-livro/> - acesso em abril/2023.

Carneiro (2023, p. 39) afirma que

[s]e o sexo, conforme Foucault mostra em *História da sexualidade*, é o demarcador de uma verdade sobre o sujeito que define a sua normalidade ou anormalidade, a raça é, em meu entendimento, outro demarcador para a apreensão dessa verdade; por meio dela se evidencia o valor de cada agrupamento humano, a medida de sua humanidade, a normalidade de cada qual. Assim, o saber sobre o negro é considerado como prática discursiva de diferenciação social segundo a racialidade, que permite a distinção social de cada indivíduo por discursos de raça produzidos no interior das relações de poder.

Ao discutir o dispositivo de racialidade a partir do contexto brasileiro, Carneiro (2023, p. 346) expande o conceito foucaultiano de biopolítica de modo a negritar que o biopoder faz operar “uma tecnologia da supremacia branca destinada prioritariamente à proteção de seu vitalismo”. Sob essa perspectiva, retomo a pergunta: de que criança esses grupos estão falando?

Os dados mostrados pela PNAD e pelo Geledés materializam bem quem são aqueles/as que se *deixam viver e morrer* no contexto escolar. Nesse cenário, a expressão “ideologia de gênero” pode ser considerada um “artefato discursivo” (JUNQUEIRA, 2022) que é potencializado pela economia da atenção das mídias digitais, permitindo que uma minoria conservadora domine o debate público e coloque como prioritária uma demanda que não tem base em fatos, a não ser na *proteção de seu vitalismo*. Como resultado, fatos determinantes para a justiça social no país - que nos dizem bem quem são as crianças que devemos proteger - são silenciados. Assim, a desinformação, enquanto dispositivo do projeto neoliberal-conservador, também faz funcionar a tecnologia de supremacia branca pontuada por Carneiro (2023).

Nesse sentido, dado que “a intersecção das relações de poder produz divisões sociais de raça, gênero, classe, sexualidade, capacidade, idade, país de origem e status de cidadania que, isoladas, dificilmente serão compreendidas de forma adequada” (COLLINS, 2022, p. 70), também elegi a interseccionalidade, enquanto teoria social

crítica (COLLINS, 2022), como aparato teórico-metodológico para analisar a mobilização de marcadores sociais em práticas de desinformação. Essa escolha se deve, pois, tal como colocado por Akotirene (2019, p. 18), a “interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”. Dessa forma, ao investigar as práticas de desinformação sobre educação, busco também entrever de que maneira esse dispositivo da racionalidade neoliberal-conservadora parece entretecer as tecnologias nas quais ela se estabelece: branquitude e cisheteropatriarcado.

5 Enquadramentos discursivo-interseccionais: constituição e análise do *corpus*

O *corpus* da pesquisa constituiu-se de peças de desinformação sobre educação, propagadas durante o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2022, por agentes do Estado brasileiro. Visto que este artigo configura apenas um recorte de pesquisa⁶, apresento, neste texto, os resultados de análise a partir de excertos de peças de desinformação propagadas por Jair Bolsonaro. Essa escolha se justifica porque elas se mostram mais representativas para o que pretendo discutir no recorte aqui apresentado: as representações de marcadores sociais em práticas de desinformação sobre a educação, considerando seus efeitos na propagação de um ideal de educação e ciência no país.

As peças de desinformação foram coletadas em duas plataformas brasileiras de checagem de fatos: Aos Fatos e Lupa. O critério de seleção dessas plataformas seguiu três princípios: 1) ser uma agência de checagem de fatos reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral; 2) seguir conduta internacional adotada pelo International Fact-Checking Network, publicizando a metodologia de checagem adotada; e 3) fornecer mecanismos de buscas, em suas páginas, que permitam filtrar cronologicamente as matérias de checagem.

⁶ Este artigo é fruto de pesquisa realizada durante estágio pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de Brasília.

É importante salientar que, no presente estudo, as plataformas de verificação de fatos não são consideradas neutras. Amorim e Vieira enfatizam que "a desinformação tem raízes na própria estrutura social do Brasil e também envolve a mídia brasileira" (2020, p. 68). Portanto, a desinformação não é exclusiva de usuários digitais, políticos e empresas de tecnologia da informação e comunicação, mas também está presente na mídia. No entanto, como esta pesquisa não possui financiamento para realizar verificação de fatos de forma autônoma, os fatos checados por essas plataformas ajudam a compor o *corpus*, embora não impeçam uma reflexão crítica sobre o funcionamento dessas agências⁷. Dessa maneira, os modos de funcionamento das agências de checagem são tomados como constitutivos das condições de produção desta pesquisa.

A extração das peças de desinformação presentes nas páginas das agências se deu manualmente. A busca foi realizada utilizando a palavras-chave "educação", além de nomes de agentes públicos selecionados. Após a coleta, foi obtido um conjunto de cerca de cem reportagens de verificação que foram armazenadas em formato PDF para análise posterior. Com o propósito de identificar e selecionar trechos de desinformação propagados pelos agentes mencionados, cada uma das páginas foi analisada, tendo em vista os objetivos da pesquisa. Dado que não figuram objeto de análise deste estudo, estas páginas nos servem apenas como validação para checagem de informações factuais. Desse modo, a materialidade analisada constitui-se de peças de desinformação extraídas dessas páginas. Como veremos na seção de análise, tais peças compõem-se por textos multissemióticos, tais como capturas de tela de postagens em redes sociais, transcrições de entrevistas e outras imagens. À medida que são trazidos, as respectivas checagens são apresentadas por meio links que levam às páginas das agências de verificação.

⁷ Entretanto, ressalto que este não é o objetivo desta pesquisa e que tal questão pode ser abordada oportunamente em novo estudo.

A partir do mapeamento dos sistemas de regularidade e dispersão dos enunciados (FOUCAULT, 2010a) presentes nas peças de desinformação selecionadas, foram cartografadas categorias de análise compostas por conjuntos de representações⁸ identificadas. Na seção a seguir, trago uma categoria de análise a partir da cartografia de representações de marcadores sociais que apontam para a construção de um ideal de educação e ciência guiado por um princípio utilitarista. Para tal, quatro excertos são analisados a partir das dimensões intradiscursiva (nível de formulação) e interdiscursiva (nível da memória discursiva) (ORLANDI, 2009) da materialidade linguístico-discursiva. Tendo em vista que alguns dos textos analisados foram produzidos no meio digital, além de adotar princípios metodológicos tradicionais da análise de discurso franco-brasileira, a análise empreendida procurou considerar as condições de produção desses textos também, visto que, conforme Paveau (2021) ressalta, eles possuem particularidades (afordâncias) que devem ser examinadas para além do signo saussuriano. Assim, os textos digitais são analisados levando-se em conta sua composição, deslinearização, ampliação, relacionalidade, investigabilidade e imprevisibilidade⁹ (PAVEAU, 2021). A depender dos contornos demandados pelos textos sob escrutínio na sua relação com os objetivos do estudo, algumas dessas características são acionadas na análise.

Ao considerar tais aspectos, pretende-se sublinhar o papel da linguagem na (re)produção de regimes de verdade em práticas de desinformação, bem como

⁸ As representações configuram conjuntos de memórias e crenças que moldam a maneira pela qual os sujeitos concebem o mundo e a si mesmos. Elas constituem-se tanto por experiências pessoais quanto pela interação com o contexto social (CORACINI, 2003).

⁹ Segundo Paveau (2021), a composição dos discursos digitais refere-se a sua constituição tanto por elementos linguísticos quanto por componentes digitais. A deslinearização, por sua vez, diz respeito à não-linearidade estrutural dos tecnodiscursos, que podem deslizar por meio de links hipertextuais. Já a ampliação concerne à expansão da enunciação, por exemplo, por meio de comentários ou do uso de um programa de escrita colaborativa online. A relacionalidade dos textos nativos digitais é resultado da sua articulação com outros discursos, plataformas e usuários. A investigabilidade caracteriza-se pela possibilidade de localização e coleta dos textos nativos digitais por meio de mecanismos de busca e redocumentação. Por fim, a imprevisibilidade é uma característica que deriva do fato de que os textos nativos digitais podem ser coproduzidos por atores não-humanos, tornando sua forma e conteúdo (ainda mais) imprevisíveis.

examinar as relações de poder-saber que estão em jogo na mobilização linguístico-discursiva de marcadores sociais. Por meio do estudo das estratégias linguístico-discursivas envolvidas na produção da desinformação, busca-se evidenciar as relações entre linguagem, discurso e desinformação. Portanto, ancorando-se nos campos da análise de discurso franco-brasileira e da interseccionalidade, esta pesquisa adota um quadro teórico-metodológico transdisciplinar que considera a língua(gem) e(m) discurso enquanto campos de/em disputa na produção, recepção e circulação da desinformação.

6 “Meu povo perece por falta de conhecimento” (Oseias 4:6): a utilidade do conhecimento na racionalidade neoliberal-conservadora

O ano de 2019 foi marcado por discussões sobre educação e manifestações contra o governo Bolsonaro, especialmente após a decisão de reter recursos destinados às despesas discricionárias das universidades federais. Nesse contexto, o ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, ganhou notoriedade ao justificar essa decisão com base em informações falsas, alegando que essas instituições promoviam a "balbúrdia" e que havia plantações de maconha em seus *campi*. Tais afirmações falsas levaram Weintraub a ser convocado para prestar esclarecimentos perante o legislativo, tendo sido, inclusive, processado pelo Ministério Público Federal.

De maneira semelhante, Bolsonaro propagou desinformações a esse respeito. Vejamos:

Excerto 1¹⁰

¹⁰ Fonte da verificação: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/05/17/dados-universidades-pesquisa/> - acesso em abril/2023.

Figura 3 – Tuítes extraídos da conta oficial de Jair Bolsonaro.



Fonte: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1121713534402990081> - acesso em abril/2023.

Os tuítes acima – amplamente curtidos e compartilhados – foram publicados no mês das polêmicas protagonizadas por Weintraub e os cortes na educação. Chama a atenção o modo como Bolsonaro reatualiza a informação falsa propagada por seu ministro de que os cursos de humanas recebem maior parte dos recursos. O uso do verbo “descentralizar” traz efeitos de evidência para a informação falsa, como se fosse pública e notória a suposta discrepância de repasse de recursos entre os cursos. Ademais, ao enunciá-la enquanto uma ação em estudo por seu governo, o dizer posiciona o ministro – e ele, por consequência - enquanto quem soluciona a aparente injustiça, antecipando, inclusive, soluções para um possível desdobramento da recepção dessa afirmação, ao afirmar que a medida não afetará os atuais discentes dessas áreas. O uso do verbo “estudar” também parece funcionar como um componente característico da retórica bolsonarista, considerando tanto os efeitos de sentido de ação em curso (já que suas consequências foram antecipadas em seu dizer), como também algo que se considera, pondera ou cogita fazer. Entendo-o como característico da retórica bolsonarista porque este foi um governo que recuou bastante em suas decisões - o que contribuiu para que importássemos para as análises midiáticas e acadêmicas termos como “*firehosing*”, “*cortina de fumaça*”, “*apito de*

cachorro”, dentre outros, que visam nomear estratégias discursivas políticas utilizadas na propagação da desinformação. Nesse sentido, o uso desse verbo também parece salvaguardar essa possibilidade de recuo e materializar o possível funcionamento dessas estratégias discursivas, que instauram o que Silva (2020) nomeia como pragmática bolsonarista do caos, promovendo, assim, um sentimento permanente de inquietação e mal-estar.

Ao selecionar as áreas de veterinária, engenharia e medicina como aquelas que devem centralizar os recursos repassados, visto que, nessa perspectiva, representariam retorno para pagadores de impostos, Bolsonaro não apresenta qualquer informação factual que ateste o argumento. Essa seleção tem lastros tanto em uma memória discursiva que posiciona essas áreas como de prestígio, notadamente medicina, mas também diz do público e notório apoio que seu governo recebeu do agronegócio, de empreiteiras e de uma parcela de médicos. Algo que também chama a atenção é que, em meio à variedade de áreas das Ciências Humanas, filosofia e sociologia são as eleitas como alvo da desinformação por ele propagada, de modo a assumirem a faixa de significação de áreas que não têm utilidade para o contribuinte; algo que é reiterado no tuíte-resposta, que amplia o contexto enunciativo, quando traz uma justificativa para essa iniciativa que reside na compreensão das funções do governo, que deve “respeitar o dinheiro do contribuinte”. Além de ser um governo que respeita o dinheiro, ele também é representado como um governo que “ensina os jovens”. Ao colocar a leitura, a escrita e a matemática como o que se ensina e, por consequência, um “ofício que gere renda”, o dizer vai de encontro com preceitos da sociologia, filosofia e de outras áreas das ciências humanas que compreendem a educação como uma prática discursiva que forma cidadãos e não “contribuintes” ou pessoas cujos ofícios têm como função primária gerar riqueza. Uma visão que vem sendo amplamente atacada por grupos de extrema direita que a nomeiam como “doutrinação marxista”.

A desinformação propagada por Bolsonaro, em seu contexto enunciativo, aporta representações utilitaristas da educação que indiciam a racionalidade neoliberal-conservadora de que vinha tratando anteriormente. Tendo sido conceitualizado por economistas como John Stuart Mill, o utilitarismo tem suas raízes no liberalismo clássico e se calca na defesa das liberdades individuais, tendo como base a determinação da utilidade que certas ações têm para preservá-las (SIMÕES, 2013). Considerando que a racionalidade neoliberal-conservadora é estabelecida tanto pela produção de subjetividades fundamentadas no modelo empresarial-concorrencial (FOUCAULT, 2008), como por uma moral conservadora (BROWN, 2019), a partir da análise do excerto, nota-se que o utilitarismo neoliberal-conservador se baseia em um princípio que busca preservar as liberdades individuais dos adeptos desse projeto, visando a garantia de sua vitalidade. Enquanto biopolítica (FOUCAULT, 2008), essa vitalidade diz respeito não apenas à prosperidade desse projeto, mas também à vida de seus apoiadores.

Ao desinformar que as ciências humanas estariam sendo privilegiadas no repasse de recursos, e elencar três áreas que seriam beneficiadas em seu detrimento, a desinformação propagada, enquanto dispositivo do projeto neoliberal-conservador, também informa a classe que se deseja centralizar. Ademais, de acordo com o Censo Nacional do Ensino Superior de 2017, as áreas de ciências sociais e humanas são as que apresentam maior diversidade racial em instituições de ensino superior públicas e privadas¹¹. A partir de lentes interseccionais, compreende-se que classe informa raça, portanto, com base também nos dados do Censo, podemos vislumbrar o funcionamento da tecnologia de supremacia branca que visa salvaguardar seu

¹¹ Fonte: <https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/05/sob-ameaca-de-cortes-no-governo-bolsonaro-cursos-de-ciencias-sociais-e-humanas-concentram-diversidade-racial.html> - acesso em abril/2023.

vitalismo, tal como Carneiro (2023) nos adverte, ao passo que também promove uma necropolítica¹² (MBEMBE, 2018). O que também podemos verificar no excerto a seguir:

Excerto 2¹³

Entrevista ao Programa Pingo nos Is da emissora Jovem Pan em 8/04/2019¹⁴

Jair Bolsonaro: [...] qual o produto final da educação? É a pessoa sair dali sendo um bom profissional, vai ser um bom patrão. E vai ter... vai se auto-sustentar ou sustentar, dar emprego pros outros e ajudar o Brasil ir pra frente. E nas universidades [sorri de modo irônico], né? Você vai na questão da pesquisa. Você não tem! *Poucas universidades têm pesquisa. E nessas poucas [universidades], a grande parte tá na iniciativa privada, como a Mackenzie em São Paulo, quando trata do grafeno. Até eu fui há duas semanas pra tratar desse assunto lá. Daí desviamos ao encontro na Mackenzie e fomos para o encontro militar do Sudeste e tinha lá uns cem garotos lá. Aquela manifestação BURRA! De fascista, racista, homofóbico, não passarão [virando os olhos]. É triste você ver isso daí. Não é culpa da universidade, mas uma molecada que tá sem noção do que o Brasil precisa pra que eles, no futuro, tenham uma vida melhor do que seus pais tão tendo hoje em dia. Então, a questão da educação é importantíssima e nós vamos priorizar a educação básica.*

Ao longo de seu mandato presidencial, Bolsonaro utilizou-se de diversas mídias sociais para (des)informar. Suas participações em programas midiáticos, por sua vez, se restringiam a veículos alinhados ao seu governo, como é o exemplo da Jovem Pan. No excerto acima, trago a transcrição de parte de uma entrevista concedida à Jovem Pan no Palácio do Planalto, especificamente do momento em que se discutia o tema da

12 A partir do texto de Mbembe (2018), compreendo que racialidade e geografia são componentes centrais em suas elaborações, dado que se discutem as implicações de um Estado que não somente deixa, mas faz morrer pessoas negras em determinados espaços. Ao mobilizar esse conceito, compreendo, assim, o dispositivo de racionalidade (CARNEIRO, 2023) como central para as análises de como o espaço educacional também figura o lugar em que o Estado faz operar essa política, que resulta tanto em uma morte social como na morte física dessa população.

¹³ Fonte da verificação: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/293/> - acesso em abril/2023.

¹⁴ Fonte: https://www.youtube.com/watch?v=FSOAahACT_Y – acesso em março/2023.

educação e que Bolsonaro desinforma sobre as pesquisas realizadas nas universidades públicas.

De modo similar ao que observamos no recorte anterior, a educação é representada a partir de seu caráter utilitarista, como algo que deve resultar em um “produto”. O produto é trazido no/pelo fio do dizer como o bom profissional, aquele que vai ser um bom patrão, se sustentando, sustentando os outros, empregando-os, de modo a contribuir para o progresso do país. Tais enunciados nos remetem ao *homo oeconomicus* de que Foucault (2008) nos fala. A educação seria, portanto, aquilo que o produz. Dado que a racionalidade neoliberal também se caracteriza pelo apagamento da gestão do Estado, já que é o indivíduo que deve se responsabilizar pela sua gestão (“auto-sustentar”) e dos que o cercam (“sustentar, dar emprego”), a educação, sob essa perspectiva, seria aquilo que garantiria o funcionamento dessa racionalidade. Contudo, como sabemos, os processos histórico-discursivos são mais complexos do que o dizer de Bolsonaro pode supor, e trazem consigo embates, desestabilizações e contradições (FOUCAULT, 2010a). Nesse sentido, Laval (2004, p. 209) argumenta que

[q]uerer fazer da escola uma organização eficaz a serviço da economia supõe que se aceite a necessidade e importância dos investimentos educativos e que se não os confunda com despesas improdutivoas. Se no mesmo momento, por uma aplicação dogmática do liberalismo, todas as despesas estatais são vistas como improdutivoas e se a prioridade das prioridades consiste em diminuir a ação pública para privilegiar a despesa e o consumo privados, a lógica do “capital humano” que justificava, ao mesmo tempo, a expansão e a colocação em dependências dos sistemas educativos não tem mais sentido.

Portanto, a escola neoliberal, enquanto projeto, também traz consigo suas contradições e processos de desestabilização, uma vez que também é preciso investimento do Estado para que ela funcione e produza o sujeito neoliberal desejado, tal como dizer de Bolsonaro parece prever.

Passando para a análise dos enunciados subsequentes, temos, então, o momento em que Bolsonaro desinforma sobre a realização das pesquisas nas

universidades públicas, algo que também foi repetido por Weintraub em outras ocasiões. O sorriso irônico, que adianta os sentidos de descredibilização das universidades públicas, logo dá espaço a uma (im)postura mais séria, quando desinforma, novamente, ao dizer que a maior concentração de pesquisas está nas universidades privadas, citando o Mackenzie, uma instituição educacional presbiteriana, como exemplo. Ver/ler essa entrevista em retrospectiva, nos ajuda também a melhor compreender o papel de Milton Ribeiro como seu futuro ministro da educação, visto que, nessa época, ele era membro do Conselho Deliberativo do Mackenzie, além de já ter sido reitor da instituição.

A tentativa de descredibilizar as universidades públicas é retomada quando Bolsonaro relata a manifestação que recebeu de estudantes. Ao nomeá-la enfaticamente como burra, ele traz, virando os olhos, em tom de desdém, os significantes (“fascista”, “racista”, “homofóbico”) que, possivelmente, foram trazidos em palavras de ordem das manifestações contrárias a ele. Quando a nomeia como “burra” e traz esses significantes de maneira a listá-los, como se fossem elementos semelhantes, dotados de um mesmo significado, o dizer de Bolsonaro os esvazia de modo a atrelá-los a um todo que, de maneira parafrástica, encapsularia a “burrice”, sob essa perspectiva. A tentativa de descredibilização é reiterada quando, em tom de compaixão, ele afirma que o ocorrido não seria culpa das universidades, mas de uma “molecada” que não sabe das “reais” necessidades do país. Sob um argumento de autoridade etarista, como quem diz: “são jovens, não sabem o que fazem”, o dizer corrobora o esvaziamento dos significantes “fascista”, “racista”, “homofóbico”.

Chamo a atenção para esse trecho porque ele me remete a algumas considerações de Laclau (2013) sobre o funcionamento da razão populista, a partir do funcionamento do significante “povo”. Enquanto um movimento político que, sob a figura de um líder, se autoproclama como representante dos “reais” interesses do “povo”, para Laclau, o populismo configura um movimento heterogêneo que se vale

do funcionamento da cadeia significante¹⁵ para disputar os sentidos de “povo”, de modo a tentar imputar os sentidos que lhe convém nas disputas por consenso. Nesse contexto, para o autor, “povo” passa a figurar como um significante vazio/flutuante.

Trago essas considerações porque o trecho sob análise parece materializar essa disputa por consensos de certos significantes, de modo a tentar imputar os sentidos mais convenientes à racionalidade neoliberal-conservadora do populismo digital bolsonarista¹⁶: a educação deve produzir padrões; a universidade pública não produz pesquisa; a universidade privada é produtiva; fascismo, racismo e homofobia são burrice. Levando essas questões em consideração, o dispositivo da desinformação parece figurar, portanto, como ponto nodal da vontade de verdade da razão neoliberal-conservadora, especialmente no contexto dos populismos digitais.

Para finalizar a análise deste excerto, retomo o último dizer de Bolsonaro sobre educação, no contexto dessa parte da entrevista, quando ele afirma que a educação é importante e que vai priorizar a educação básica. Deixo aqui, então, uma pergunta: quais são os sentidos em disputa da “priorização” da educação básica? Vejamos o próximo excerto:

¹⁵ As reflexões de Laclau têm lastro na teoria psicanalítica lacaniana. Lacan (1998) propôs uma inversão do signo saussuriano (significado/significante), de modo a postular a primazia do significante. De maneira resumida e simplificada, nessa perspectiva, os significados não estão necessariamente atrelados aos seus respectivos significantes, como se funcionassem de maneira estática, mas operam de maneira relacional e não linear, a partir do funcionamento da cadeia de significantes. Nesse sentido, Laclau desloca essas proposições para discutir o funcionamento do populismo, considerando a primazia do significante.

¹⁶ Para uma discussão ampliada sobre populismo digital, recomendo a leitura de Cesarino (2022).

Excerto 3¹⁷

Figura 4 – Publicação extraída da conta oficial do Facebook de Jair Bolsonaro.



Fonte: <https://www.facebook.com/watch/?v=1085095352172998> – acesso em abril/2023.

Durante a corrida eleitoral de 2022, quando questionado sobre as realizações de sua administração na área da educação, Bolsonaro propagou informações falsas sobre um aplicativo que supostamente seria capaz de alfabetizar crianças em apenas seis meses. No excerto acima, é apresentada uma captura de tela de uma de suas postagens em uma rede social, realizada dias antes do segundo turno das eleições. Nessa postagem, o texto é acompanhado por um vídeo que mostra uma criança usando o aplicativo com a presença do pai. O texto de Bolsonaro apresenta cinco afirmações em destaque, nas quais ele afirma que o aplicativo é uma criação de uma das secretarias de seu governo, mente sobre a possibilidade de alfabetização em seis meses, compara essa conquista com a de governos anteriores, que, segundo ele, levavam três anos, destaca a possibilidade de uso por adultos e, por último, descreve o vídeo como um exemplo de um pai satisfeito ao ver seu filho autista se alfabetizar por meio do aplicativo.

Enquanto recurso de ampliação do contexto enunciativo da publicação, o vídeo trazido aporta um efeito de verdade, como um fato que atestaria aquilo se publica.

¹⁷ Fonte de verificação: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/13435/> - acesso em abril/2023.

Além disso, tem um funcionamento metonímico, tentando mostrar que o exemplo da criança jogando o aplicativo seria representativo de todos os(as) estudantes, como se todas as crianças, incluindo aquelas com autismo, pudessem se alfabetizar por meio dele em apenas seis meses - tal como o comentário de um(a) usuário(a) na publicação atesta. Como já foi observado, a pandemia agravou as desigualdades no ambiente escolar. Muitas crianças, sobretudo meninas negras, deixaram de frequentar as escolas por não terem acesso à internet e computadores. Assim, a desinformação, enunciada em uma única frase, busca simplificar e apresentar uma solução fácil para questões e problemas complexos.

Ao desinformar, enfatizando a criação de um aplicativo como uma das principais iniciativas de seu governo na área da educação, omite-se o fato de que, ao longo de quatro anos, o Estado não implementou projetos efetivos para fortalecer a educação. Ademais, ao apresentar o aplicativo como a solução (neoliberal) para o processo de alfabetização, transfere-se a responsabilidade pela educação para a família e o(a) aluno(a). Essa retórica simplista da desinformação, que promete alfabetização em seis meses, também reflete “o estranho culto à ‘inovação’ em si por ela mesma” (LAVAL, 2004, p. X), bem característico da escola neoliberal, como se a simples existência do aplicativo – e da tão aclamada gamificação – pudesse resolver um processo educacional complexo. Além disso, ao considerar a alfabetização como sinônimo de “ler e escrever”, a declaração de Bolsonaro reflete uma concepção antiquada/nada inovadora de alfabetização, já que ela envolve não apenas processos cognitivos, mas também sociais (SOARES, 2018).

Um outro artefato discursivo bastante utilizado para escamotear a ausência de projetos de sua gestão na área educacional, por meio da desinformação, é o pânico moral. Vejamos como ele é mobilizado:

Excerto 4¹⁸

Coletiva de imprensa realizada em 07/10/2022 no Palácio do Planalto¹⁹

Jair Bolsonaro: [...] E assim está fechando... um grande círculo de apoio à reeleição um presidente da república que... não existe base pra se comparar com outro que nos governou por 8 anos. E mais 6, por influência deles. Que nada deixou para nós a não ser um legado de corrupção, de desmando e de descaso com os valores é... familiares. De DESRESPEITO. De ÓDIO. De defesa, do lado de lá, de bandidos. Como se o ladrão de celular fosse uma pessoa que tá fazendo algo de bom. A questão da *ideologia de gênero*. Sobre criança em sala de aula. Banheiros unissex pra escolas. Eu não posso imaginar a minha filha de onze anos ir no banheiro da escola dela e ter um marmanjo lá, um moleque... fazendo suas necessidades fisiológicas e ela ver aquilo. Não posso admitir isso.

Durante essa coletiva de imprensa, Bolsonaro recebeu uma senadora e um prefeito que demonstravam apoio à sua candidatura. O excerto acima foi extraído do início da coletiva, logo depois de apresentar os dois e mencionar a importância do apoio recebido de outros políticos. O trecho sob análise nos permite entrever um aspecto bastante característico da retórica populista (LACLAU, 2013), que consiste na tentativa de se separar e distinguir de governos anteriores e, por consequência, de seu adversário político, com vistas a tentar demarcar limites discursivos (“do lado de lá”) para um “eu x ele(s)”. Novamente, ao invés de apresentar os projetos de sua gestão que a tornariam distinta da de “outros governos”, Bolsonaro desinforma, retomando informações falsas que já vinham comumente circulando em grupos de mensagem, que diziam que seu adversário pretendia soltar ladrões de celulares e que planejava instituir banheiros unissex nas escolas.

Quando desinforma, ele afirma não conseguir imaginar a sua filha frequentando um banheiro e ter um “marmanjo” também utilizando-o. Ao afirmar

¹⁸ Fonte da verificação: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/13400/> - acesso em abril/2023.

¹⁹ Fonte: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1233047340588214/> - acesso em abril/2023.

“não consigo imaginar” e descrever detalhadamente a cena, seu dizer produz efeitos de denegação; visto que nega para afirmar. Entendo que, nesse contexto enunciativo, a denegação, por meio da descrição da situação, também tem um efeito pictórico que aciona interdiscursivamente uma imagem que foi amplamente compartilhada no contexto da campanha eleitoral, como vemos na figura abaixo:

Figura 5 – Peça de desinformação sobre banheiro “unissex”.



Fonte: <https://i.redd.it/q8gk4ohapgq91.jpg> - acesso em abril/2023.

Em outras palavras, ao (de)negar imaginar tal situação, seu dizer materializa a imagem da menina (branca) no banheiro onde há um homem (branco) “fazendo suas necessidades fisiológicas”. Como podemos observar, a imagem (aportada tanto pelo dizer como pela figura acima) traz uma menina com expressão de medo. Ademais, a forma como ela é representada (usando vestido e com cabelo preso repartido em dois lados) aciona interdiscursivamente uma performatividade de gênero (BUTLER, 2018) que corrobora a tentativa de instituir o pânico moral, por meio da imagem da menina que precisa ser defendida. Quando nomeia a ameaça à menina como “moleque/marmanjo”, uma outra performatividade de gênero é interdiscursivamente acionada, visto que, comumente, homens são representados como aqueles que estão sempre aprendendo, pois “são moleques, não sabem o que fazem”. Ademais, é

importante notar que o rosto do “marmanjo” não é mostrado, somente o da menina. O mesmo ocorre no dizer de Bolsonaro, quando fala de sua filha – trazendo, assim, um rosto para a suposta violência que narra – e nomeia como “marmanjo/moleque” aquele que representa o perigo; ou seja, alguém sem nome/rosto. O pânico moral é, então, mobilizado a partir do enfoque na vítima e não naquele que pode perpetrar a violência, quem deveria ser, portanto, o alvo das políticas de estado.

Um outro componente fundamental para a instalação do pânico moral são os afetos – tomados aqui em uma acepção espinosana, no sentido de “ser afetado(a) por”. Ao mencionar sua filha, o dizer de Bolsonaro mobiliza na/pela linguagem afetos particulares, propiciando a instalação de um pânico moral capaz de fazer com que outros(as) se questionem: e se fosse com a minha filha? O que parece ser característico do contexto analisado é que os afetos evocados não estão atrelados a uma coletividade, enquanto sociedade, mas normalmente guiados pela “defesa da família” enquanto propriedade privada (“não consigo imaginar a minha filha”). O modo como esses afetos são evocados também indicia o funcionamento da racionalidade neoliberal-conservadora na desinformação, pois são tomados como uma propriedade privada.

Nesse cenário, “defesa da família”, “ideologia de gênero”, “kit gay”, “banheiro unissex” são sintagmas que parecem operar em cadeia parafrástica, capazes de “atrair e aglutinar diversos interesses e demandas, articular atores dispersos e, entre inúmeros significados ou cadeias de significados, incorporar e ajustar diferentes sentidos” (JUNQUEIRA, 2022, p. 227). Assim, visa-se preservar a vitalidade da razão neoliberal-conservadora por meio da desinformação que expressa as vontades de verdade que lhe são próprias. Entretanto, ao mobilizar afetos enquanto propriedade privada, tenta-se dissociar a dimensão social, que também constitui a dimensão singular afetiva (CAMPELLO, 2022). Escamoteiam-se, portanto, afetos-outros, constitutivos da esfera privada-social, que são fundamentais para a proteção das crianças que realmente sofrem violência, especialmente no espaço escolar – como evidenciado pelos recentes

atentados ocorridos nas escolas do país, notadamente motivados pelo racismo e misoginia.

7 Considerações finais

O dispositivo da desinformação tem se mostrado como um grande empreendimento da racionalidade neoliberal-conservadora. Enquanto alvo das práticas de desinformação, os espaços escolares-universitários e suas práticas discursivas têm se tornado cada vez mais campos em disputa pelas vontades de verdade dessa razão, que propalam um ideal utilitarista para a ciência e a educação. Na disputa pelos consensos da “utilidade” da educação e ciência no país, marcadores sociais como gênero, sexualidade, raça e classe social são mobilizados, em práticas de desinformação sobre a educação, a partir de estratégias linguístico-discursivas que tentam corroborar o funcionamento das tecnologias por meio das quais tal razão se assenta: branquitude e cisheteropatriarcado.

Mais do que apresentar informação falsa ou distorcida, as práticas de desinformação fazem ações na/pela linguagem (AUSTIN, 1990). A utilização de estratégias linguístico-discursivas, como o pânico moral, se dá por meio da tentativa de centralizar o debate em torno de invenções e distorções sobre educação e ciência, visibilizando, assim, os interesses de grupos neoliberais-conservadores, particularmente representados pelo governo Bolsonaro. Nesse sentido, a propagação de desinformação por agentes do Estado brasileiro, ao mesmo tempo que visibiliza, na/pela materialidade linguístico-discursiva, os interesses dos grupos por eles/elas representados, invisibiliza os daqueles(as) que realmente deveriam ser por eles/elas defendidos(as).

Uma das tarefas e desafios de uma análise de discurso é tentar responder “[c]omo apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2010a, p. 30). Ao longo destas páginas, procurei endereçar essa questão de modo a sublinhar o papel da língua(gem) no dispositivo da desinformação, que

visibiliza determinados enunciados em detrimentos de outros, fazendo operar as vontades de verdade da razão neoliberal-conservadora. Ao compreendê-la enquanto uma racionalidade, afasto-me de certas leituras do fenômeno que a vislumbram como uma “irracionalidade” de pessoas que compartilham desinformação ou são “gado” de político A ou B. Entendo que essa é uma leitura que pouco contribui para o enfrentamento do problema. Mais importante que moralizar o debate é buscar questionar o que faz com que a desinformação, enquanto um dispositivo, aporte uma vontade de verdade com a qual essas pessoas se identificam. Nesse sentido, partindo das reflexões de Safatle e Löwy (2022), entendo que a desinformação, enquanto um dispositivo da racionalidade neoliberal-conservadora, também informa o fracasso do nosso projeto progressista para tentar oferecer uma solução para aqueles(as) que vivem na pele o agravamento das desigualdades em nosso país.

Enquanto educadora linguística, compreendo que vimos falhando também. Falhamos ao colocar a inovação digital (por si só) enquanto a grande saída para nossos fracassos. Falhamos ao não reiterar que letramento digital não consiste na mera “aquisição de habilidades” que permitam nossos(as) alunas utilizar tecnologias da informação e comunicação. Falhamos ao não evidenciar o funcionamento e a não neutralidade dessas tecnologias. Falhamos ao não encampar uma educação antirracista, sublinhando o modo como as desigualdades têm raízes em nosso passado-presente colonial. Desse modo, se ainda pretendemos seguir comprometidos(as) com preceitos freirianos que têm como base a inextricável relação entre educação e democracia, precisamos insistir no papel que a linguagem tem, especialmente no combate à desinformação. Se ainda acreditamos que “fazemos coisas com a linguagem, produzimos efeitos com a linguagem e fazemos coisas à linguagem, mas [que] a linguagem também é aquilo que fazemos” (BUTLER, 2021, p. 22), precisamos in-formar.

Referências

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Pólen, 2019.

ALLCOTT, H.; GENTZKOW, M. Social Media and Fake News in the 2016 Election. **Journal of Economic Perspectives**, 31 (2): 211-36, 2017. DOI <https://doi.org/10.1257/jep.31.2.211>

AMORIM, E.; VIEIRA, R. Muito barulho para silenciar. *In*: MARTINS, H. (org.). **Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news**. São Paulo: Veneta, 2020.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BIROLI, F. Gênero, “valores familiares” e democracia. *In*: VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. C.; BIROLI, F. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020. P. 135-188.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. São Paulo: José Olympio, 2018.

BUTLER, J. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

CALVILLO, D. P.; ROSS, B. J.; GARCIA, R. J. B.; SMELTER, T. J.; RUTCHICK, A. M. Political Ideology Predicts Perceptions of the Threat of COVID- 19 (and Susceptibility to Fake News About It). **Social Psychological and Personality Science**, 11(8), 1119–1128, 2020. DOI <https://doi.org/10.1177/1948550620940539>

CAMPELLO, F. **Crítica dos afetos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

CARNAC, R. L'Église catholique contre «la théorie du genre»: construction d'un objet polémique dans le débat public français contemporain. **Synergies Italie**, n. 10, pp. 125-143, 2014.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CESARINO, L. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.

COLLINS, P. H. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

CORACINI, M. J. Língua estrangeira e língua materna: uma questão de sujeito e identidade. In: CORACINI, M. J. (org.). **Identidade e Discurso**: (des)construindo subjetividades. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 139-160.

CURCINO, L.; SARGENTINI, V; PIOVEZANI, C. (org.). **Discurso e (pós)verdade**. São Paulo: Parábola, 2021. p. 73-86.

EMPOLI, G. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio 2022.

FIRST DRAFT. **Entender a desordem informacional**. Rio de Janeiro: First Draft, 2020.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2010b.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010c.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

GARBAGNOLI, S. Le Vatican contre la dénaturalisation de l'ordre sexuel: structure et enjeux d'un discours institutionnel réactionnaire. **Synergies Italie**, n. 10, pp. 145-167, 2014.

HABGOOD-COOTE, J. Stop Talking about Fake News! **Inquiry**: An Interdisciplinary Journal of Philosophy, 62 (9-10), p. 1033-1065, 2019. DOI <https://doi.org/10.1080/0020174X.2018.1508363>

HUMPRECHT, E. Where 'fake news' flourishes: a comparison across four Western democracies. **Information, Communication & Society**, 22:13, 1973- 1988, 2018. DOI <https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1474241>

JUNQUEIRA, R. D. **A invenção da "ideologia de gênero"**: um projeto reacionário de poder. Brasília: Letras Livres, 2022.

LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACLAU, E. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEITE, V. J. A captura das crianças e adolescentes: refletindo sobre controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade nas políticas de educação. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, v. 20, n. 52, p. 11-30, 4 dez. 2019. DOI <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v20i52.1354>

MARINONI, B.; GALASSI, V. Aspectos da desinformação, capitalismo e crises. MARTINS, H. (org.). **Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news**. São Paulo: Veneta, 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2018.

MISKOLCI, R; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado** [online], v. 32, n. 03, p. 725-748, 2017. DOI <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>

MOITA LOPES, L. P. **Por uma linguística aplicada (in)disciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu editora, 2018.

MOURA, F. P. Conservadorismo cristão e perseguição aos estudos de gênero: a quarta versão da BNCC. **Communitas**, [S. l.], v. 2, n. Esp, p. 47–63, 2018.

O'CONNOR, C; WEATHERALL, J. **The misinformation age: How false beliefs spread**. Yale University Press, 2019. DOI <https://doi.org/10.2307/j.ctv8jp0hk>

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

PAVEAU, M-A. **Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas**. Campinas: Pontes, 2021.

PÊCHEUX, M. Língua, linguagens, discurso. *In*: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise de discurso. São Paulo: Contexto, 2020.

SAFATLE, V.; LÖWY, M. **Só mais um esforço**: como chegamos até aqui ou como o país dos "pactos", das "conciliações", das "frentes amplas" produziu seu próprio colapso. São Paulo: Vestígio, 2022.

SILVA, D. N. e. The Pragmatics of Chaos: Parsing Bolsonaro's Undemocratic Language. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 59, n. 1, p. 507–537, 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/01031813685291420200409>

SIMÕES, M. C. John Stuart Mill: utilitarismo e liberalismo. **Veritas** (Porto Alegre), [S. l.], v. 58, n. 1, p. 174–189, 2013. DOI <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2013.1.12909>

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2018.

TANDOC JR., E. C.; LIM, Z. W; LING, R. Defining "Fake News", **Digital Journalism**, 6:2, 137-153, 2018. DOI <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1360143>

VAGGIONE, J.; MACHADO, M. D. C; BIROLI, F. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

WARDLE, C.; DERAKSHAN, H. **Information Disorder**: An interdisciplinary Framework for Research and Policy for the Council of Europe. Council of Europe, 2017.